



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO DE VISITAS AO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PELO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Participantes das Visitas:

Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP:

Conselheiro MARIO LUIZ BONSAGLIA – Presidente da Comissão do Sistema Prisional, do Controle Externo da Atividade Policial e do Aperfeiçoamento da Segurança Pública

Conselheiro ALEXANDRE BERZOSA SALIBA – Membro integrante da Comissão do Sistema Prisional, do Controle Externo da Atividade Policial e do Aperfeiçoamento da Segurança Pública

Conselheiro ANTONIO PEREIRA DUARTE - Membro integrante da Comissão do Sistema Prisional, do Controle Externo da Atividade Policial e do Aperfeiçoamento da Segurança Pública

Membros Auxiliares do Conselho Nacional do Ministério Público:

Andrezza Caçado Duarte
Ivana Farina Navarrete Pena
Paulo Taubemblatt

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Rio de Janeiro –
Jaime Mitropoulos



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Todas as visitas foram realizadas com a presença do Subsecretário Adjunto de Administração Penitenciária – Sauler Sakalem

As visitas também foram acompanhadas pelo assessor de imprensa do CNMP – **Edemilson Paraná**

Unidades Visitadas*:

Dia 06 de novembro de 2013, pela manhã:
Presídio de Ary Franco

Dia 07 de novembro de 2013, período da manhã, no **Complexo Penitenciário de Bangu:**
Penitenciária Laércio da Costa Pelegrino
Unidade Materno Infantil “Madre Tereza de Calcutá”
Penitenciária Feminina Talavera Bruce
Presídio Plácido Sá Carvalho
Presídio Vicente Piragibe

Dia 07 de novembro de 2013, período da tarde:
Presídio da Marinha – Ilha das Cobras

- *Em razão de compromisso anteriormente assumido, o Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba compareceu à visita prisional do dia 06 de novembro de 2013, mas esteve ausente das visitas do dia 07 de novembro de 2013. O Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Rio de Janeiro, Jaime Mitropoulos esteve nas visitas do dia 07 de novembro de 2013, mas não pode comparecer à visita do dia 06 de novembro de 2013, em razão de compromissos profissionais.

Dia 06 de novembro pela manhã – **Presídio Ary Franco**

O Presídio Ary Franco é um Centro de Detenção Provisória que abrigava na data da visita 71 condenados entre sua população carcerária que lá estavam para se protegerem de ameaças feitas por outros presos ou facções criminosas (presos acautelados).



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Possui capacidade para 968 presos, mas na ocasião abrigava 1409 presos. A última rebelião no local ocorreu em 2006, segunda informação passada à Comissão. Os presos estão divididos em 08 galerias, de “A” até “H”, que têm tamanhos diversos. Um único critério era observado para a divisão dos presos entre os da Justiça “Federal” e dos da Justiça “Estadual”.

Existe uma única facção criminosa que atua no local e que tem o comando entre os presos.

Os presos de forma uníssona chamaram a atenção para a falta de assistência judiciária, tanto por parte da Defensoria Pública Estadual quanto da Defensoria Pública Federal.

A comida é feita no local, embora servida em forma de “quentinhas”. Todos se alimentam no local e com a mesma comida, servidores públicos e presos. Tivemos acesso à cozinha e pudemos atestar que a alimentação é de boa qualidade. O presídio foi lavado no dia da visita. Todos os presos tinham seu próprio colchão, mas não havia camas para todos.

Houve reclamações generalizadas entre os presos, referentes à duração do processo, ausência de assistência jurídica, progressões de regime, entre outras.

Os 1.408 presos que estavam na unidade no momento da visita eram divididos da seguinte forma: Provisórios (1.131), Federais (114, dos quais 26 estrangeiros), Condenados (59), Acautelados (71) e em Baixa Hospitalar (34).

Dia 07 de novembro, pela manhã – **Penitenciária Laércio da Costa Pelegrino**

Diretor: Rogério Blank das Neves

Trata-se de uma Penitenciária de Segurança Máxima, com capacidade para apenas 48 presos. Dividida em quatro galerias, cada qual com 12 presos.

A população carcerária agrega presos nas seguintes condições: Presos que devam ser mantidos em unidade de segurança máxima, presos em regime disciplinar diferenciado (RDD), presos que cometeram faltas graves e presos em trânsito para presídios federais.

Não houve registro de fugas após 1995.

Em 2002 houve uma rebelião, com origem em desavença entre os detentos, que culminou na morte de três detentos, entre eles o conhecido como “Uê”.

Na data da visita havia 18 presos em regime de RDD em um total de 36 presos na unidade.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Há bloqueador de celular, sala de monitoramento, parlatório reservado e celas individuais.

Dia 07 de novembro, pela manhã – **Unidade Materno-Infantil Madre Tereza de Calcutá**

A Diretora da Unidade Materno-Infantil Madre Tereza de Calcutá é a Sra. Ana Christina Faulhaber.

Situada no complexo penitenciário de Bangu, nas proximidades do Presídio Feminino Talavera Bruce, a Unidade Materno Infantil é modelar. Destaca-se o tratamento humanitário dado às presas e aos seus bebês, havendo um acompanhamento da situação das presas gestantes. O presídio Talavera Bruce possui uma cela destinada apenas às presas grávidas. As crianças permanecem com suas mães até os seis meses.

No dia da visita havia 15 presas com 15 bebês.

O desligamento das crianças/bebês é feito mediante a intervenção do Juízo da Vara da Infância e da Juventude. Após completar seis meses, a criança é entregue para a família ou para uma instituição do Estado. A pessoa da família, se não for o pai, apenas retira a criança com ordem judicial.

Algumas crianças permanecem mais de seis meses, esperando ordem judicial, vaga em abrigo, ou uma família acolhedora. As “Faco” são as “Famílias Acolhedoras”. Há um cadastro delas. Tais famílias fazem visitas às presas e trazem as crianças nos dias de visitas.

A Unidade Materno Infantil é equipada com brinquedos para recém-nascidos e todas as condições para o regular desenvolvimento nos primeiros meses de vida, contando também com possibilidade de atividades de lazer e profissionais para as lactantes.

Ponto alto da visita, cumpre destacar o tratamento humanitário que é conferido às detentas e suas crianças, com possibilidade real de cumprimento adequado das necessidades dos primeiros meses da vida.

Dia 07 de novembro pela manhã – **Presídio Feminino Talavera Bruce**

A Diretora do Presídio, que engloba a Unidade Materno Infantil, é Andreia Oliveira da Silva.

Como mencionado anteriormente, há uma ala para as grávidas, próxima à Unidade Materno Infantil, que ajuda na transferência, se necessário.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

A comida é servida para as presas, sem o sistema de “quentinhas”. A unidade tinha na ocasião da visita cerca de 355 presas. A possibilidade de receber visitas íntimas é disponibilizada para as presas.

Quase todas eram sentenciadas, com exceção de algumas grávidas. A última rebelião noticiada ocorreu no ano 2000.

Há problemas sérios com a água, que é ligada apenas em duas ocasiões durante o dia, ou seja, há severo racionamento. O problema foi reconhecido pela Diretora do Presídio e pelo Secretário Adjunto, que indicaram as obras em andamento para amenizar a situação.

Há três espécies de alojamentos para as presas. O “individual”, para duas presas, e os coletivos, que abrigam 06 ou 36 presas.

No alojamento coletivo para 36 presas não há espaço para armazenar roupas e objetos pessoais. Uma presa dividia a própria cama com sua mochila, dormindo em metade de sua cama. Anteriormente ela resolvia este problema dormindo no chão com seu colchão, mas foi proibida de proceder desta maneira.

Na ocasião da visita, as presas não excediam o número de vagas.

Não há banheiro nas celas. O acesso aos banheiros é livre, mas como há falta de água, muitas vezes, para urinar, as presas se utilizam de baldes nas próprias celas.

Houve severas reclamações por parte das presas quanto à falta de água e à desassistência judiciária.

Dia 07 de novembro pela manhã – Presídio Plácido Sá Carvalho

O Diretor do Presídio é Carlos Eduardo da Silva Nogueira.

O Regime é o Semi-Aberto, contando com 1699 vagas e 1358 presos na ocasião da visita.

O trabalho é interno apenas. Não há presos que trabalham fora do espaço físico do complexo. Quem consegue um emprego fora deve obter outra progressão de regime, para o aberto, a fim de conseguir trabalhar.

Há 57 celas neste presídio, sendo todas bastante grandes, e o presídio conta com um total de 06 galerias “A/F”.

Neste presídio, próximo ao período do dia das mães, ainda este ano, houve uma tentativa de fuga. Os detentos aproveitaram-se do fato de que a vigilância fica menos rígida e iniciaram a construção de um túnel. A tentativa de fuga e o túnel foram descobertos, frustrando-se a fuga. O fato gerou nova determinação



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

pela direção do presídio e agora quem não tem visitas deve permanecer na cela durante o horário das visitas.

Também neste presídio chamou a atenção a reclamação quanto à ausência de prestação jurisdicional aos presos.

Tivemos contato com presos de comportamento exemplar que fazem aulas de artes marciais e também com o coral do presídio. Neste presídio são cerca de 30 detentos que participam das aulas de artes marciais. O número chega a um total de 300 no complexo de Bangu.

Dia 07 de novembro pela manhã - **Presídio Vicente Piragibe**

O Diretor da unidade é Luis Claudio S. de Carvalho.

Foi o último presídio visitado em Bangu.

Tecnicamente trata-se de um presídio do regime semi-aberto, porém a realidade é bastante diversa. Constitui-se na prática um presídio onde os presos passam confinados a maior parte do dia em situação deplorável.

É o presídio mais lotado do sistema. Possui em tese 1400 vagas e abrigava na ocasião da visita 2.300 presos. São cinco pavilhões, no Vicente Piragibe, nos quais se dividem as celas "A/E".

As visitas aos presos ocorrem às quartas-feiras, quintas-feiras, sábados e domingos. Nossa visita foi na quinta-feira, durante a visita. Na parte externa às celas havia os presos com suas visitas e alguns que trabalhavam, embora chovesse.

As reclamações eram generalizadas. Superlotação, doenças como tuberculose, atendimento jurídico ausente, alimentação com pouca variação de cardápio e horário de banho de sol inadequado e insuficiente eram algumas delas.

Outra reclamação feita pelos presos, tratando-se, em tese, de um presídio de regime semi-aberto era a de ausência de oportunidades de trabalho. Os presos pediram para que fosse viabilizada a presença de empresas que oportunizassem a possibilidade de trabalho no complexo.

A estrutura arquitetônica do Complexo Vicente Piragibe é deprimente. Lembra uma masmorra. Chovia incessantemente durante a visita e, diante deste fenômeno natural, a umidade era excessiva nas paredes, o cheiro era forte e intenso, gerando desconforto. A situação propicia a proliferação de doenças entre os detentos.

A disciplina é extremamente rígida, única forma de manter a ordem, dadas as condições aviltantes do local.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Como nos demais presídios as reclamações quanto à ausência de Defensores Públicos era generalizada entre os detentos.

Dia 07 de novembro durante a tarde – **Presídio da Marinha**

O Diretor da Unidade é o Comandante Roberto Pedrosa da Fonseca.

Trata-se da unidade prisional Militar da Ilha das Cobras, o Presídio da Marinha.

A lotação do presídio era de 110 presos, mas contava com apenas 17 na ocasião da visita.

O regime de cumprimento das penas no local é o fechado. Há uma recomendação do Ministério Público Militar do Rio de Janeiro para que seja disponibilizada a possibilidade de cumprimento de pena em regime semi-aberto no presídio.

As celas são divididas entre os detentos de acordo com a patente/graduação.

Há visitas íntimas no presídio.

Há uma sala de triagem onde permanecem por até 15 dias.

As celas são bem arejadas e a alimentação dos presos é a mesma dos militares e servidores do local.

A revista de visitantes com nudez foi abolida. Há um Inquérito Civil Público instaurado pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Estado do Rio de Janeiro que tinha este fato como objeto.

Os presos trabalham. A opção pelo trabalho é voluntária.

As condições encontradas eram em tudo diferentes do que antes havia sido visto em Bangu. Trata-se de realidades realmente diversas.

Observações Gerais e Providências Decorrentes das Visitas:

Cumprе ressaltar a presença, em todas as visitas, do Subsecretário Adjunto de Administração Penitenciária, Dr. Sauler Sakalem, em todos os presídios visitados, com exceção feita ao Presídio da Marinha.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

A segurança das autoridades visitantes também esteve a cargo do Major Alexandre da Silva Batista, Chefe da Segurança do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Diversos documentos escritos pelos presos, enquanto ocorriam as visitas foram centralizados nas mãos do Major Alexandre, com a finalidade de que este, ao final, encaminhasse à Coordenadoria de Execuções Penais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com informações da administração prisional, há mais de 20 mil detentos em Bangu, distribuídos em 26 unidades prisionais. A capacidade do Complexo, no entanto, não ultrapassa 15 mil vagas.

Recentemente o sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro recebeu mais 6 mil presos, em decorrência da política – correta – de retirar presos de Delegacias de Polícia. Embora acertada a medida, tal fato, concorreu, todavia, para uma aceleração do caótico estado da superlotação carcerária. Existe a previsão de criação de 4 mil novas vagas através de reformas nas unidades já existentes no sistema. No momento das visitas estimava-se a carência de cerca de 8 mil vagas no sistema.

A situação do Presídio Vicente Piragibe é extremamente preocupante e demanda o pronto enfrentamento e apontamento de soluções por partes das autoridades competentes.

A disciplina nos presídios é mantida de forma severa, talvez a única forma de se evitar levantes em presídios como o Vicente Piragibe. Em todas as unidades os presos eram perfilados em forma de “confere”, com a determinação de se postarem de costas para as autoridades visitantes e sempre encaminhados para os fundos das celas.

A repercussão das mazelas enfrentadas pelo sistema prisional recai, de modo direto, na condição emocional e psíquica dos servidores envolvidos nos cuidados com os presos. A segurança dos agentes penitenciários não pode ser garantida no bojo de um sistema onde floresce a superlotação e, em regra, a ausência de servidores em número adequado para fazer frentes às exigências que situação prisional exige.

A superlotação é o problema primário e do qual derivam muitos outros no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro e no brasileiro, de modo geral. Dois crimes são responsáveis pela maioria das prisões, o roubo e o tráfico de entorpecentes.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Cópia deste relatório será encaminhada, dentre outras autoridades, ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro e ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado do Rio de Janeiro, para que os colegas de Ministério Público, no âmbito de suas atribuições, colaborem para atenuar as graves falhas apontadas no sistema, entre as quais se pode apontar: a) Ausência de Assistência Judiciária; b) Falta e racionamento de água no Presídio Talavera Bruce; c) Situação caótica no Presídio Vicente Piragibe; d) Superpopulação Carcerária no Sistema.

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Paulo Taubemblatt
Membro Auxiliar do CNMP

Ivana Farina Navarrete Pena
Membro Auxiliar do CNMP